



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Município de Alcochete

Marinha Grande, 4 de abril de 2018



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço.....	6
3.2 Notas ao Balanço	8
3.3 Demonstração de Resultados	21
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	22
4. ENDIVIDAMENTO	31
5. CONTROLO ORÇAMENTAL	32
6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	41
7. CONTROLO INTERNO	42
8. FACTOS SUBSEQUENTES.....	42
9. RELATÓRIO DE GESTÃO	42
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	43
11. CONCLUSÕES	43
11.1 Reservas	43
11.2 Ênfases	43
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações).....	43
12. AGRADECIMENTOS	45





1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas do **MUNICÍPIO DA ALCOCHETE**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 29 de março de 2018.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;





- a) Analisámos e acompanhámos os saldos registados na Tesouraria ao longo do ano, nomeadamente o saldo em 31 de dezembro de 2017, tendo confirmado os valores do Caixa;
- b) Verificámos os saldos das contas de depósitos à ordem e as conciliações das mesmas efetuadas pelo Município, confrontando-as com a informação bancária disponível, e com os testes que efetuámos às mesmas;
- c) Realizámos testes e verificações aos processos de reconhecimento dos custos e proveitos diferidos, através da análise do corte das operações patrimoniais e orçamentais tendo em vista a especialização do exercício;
- d) Inspeccionámos os principais elementos do imobilizado corpóreo, verificando a titularidade de alguns dos bens sujeitos a registo;
- e) Analisámos a evolução dos investimentos;
- f) Averiguámos a eventualidade de existirem factos subsequentes ao fecho das contas, tendo em vista a análise de eventuais situações que pudessem levar à criação de passivos contingentes ou a alterações substanciais no funcionamento do Município;
- g) Procedemos a verificações analíticas, e documentais por amostragem, de operações relacionadas com:
 - Execução orçamental da despesa e da receita, por recurso a ordens de pagamento e guias de receita confrontando-as com a documentação analisada e com as classificações patrimoniais;
 - Aquisição de bens e serviços, analisando o cumprimento do normativo em vigor;
 - Transferências e subsídios correntes com prestações sociais;
 - Custos com o Pessoal;
 - Outros custos operacionais;
 - Amortizações do exercício e acumuladas e sua comparabilidade com os mapas respetivos, testando os respetivos cálculos, tendo apreciado o critério seguido;
 - Ajustamentos para riscos e encargos;
 - Custos financeiros;
 - Custos extraordinários;
 - Vendas e prestações de serviços;
 - Transferências e subsídios obtidos e concedidos;
 - Proveitos e ganhos financeiros;
 - Proveitos e ganhos extraordinários;





- h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
- i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do estado e outros entes públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;
- j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;
- k) Analisámos, por amostragem, alguns dos movimentos efetuados nas contas de acréscimos e diferimentos;
- l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de empréstimos obtidos;
- m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;
- n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;
- o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;
- p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de outros devedores e de outros credores;
- q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à segurança social e à CGA;
- r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal;
- s) Analisámos do grau de execução orçamental;
- t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.





B

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**3.1 Balanço**

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
ATIVO				
Imobilizado				
Bens do Domínio Público	11 390 933	16 079 101	4 688 168	41,16%
Imobilizações Incorpóreas	519 479	568 508	49 029	9,44%
Imobilizações Corpóreas	25 228 475	24 912 051	-316 424	-1,25%
Investimentos Financeiros	1 468 235	1 506 125	37 890	2,58%
Total	38 607 121	43 065 784	4 458 663	11,55%
Circulante				
Existências	268 091	252 599	-15 492	-5,78%
Dívidas de Terceiros				
Clientes c/c	0	0	0	-
Contribuintes c/c	214 772	121 410	-93 362	-43,47%
Utentes c/c	705 253	338 038	-367 216	-52,07%
Clientes cob. duvidosa	0	0	0	-100,00%
Estado e O. entes públicos	167 875	147 576	-20 299	-12,09%
Outros devedores	2 873	105	-2 768	-96,34%
Depósitos em Instituições Financeiras e caixa				
Depósitos em Instituições Financeiras	2 165 459	4 623 329	2 457 870	113,50%
Caixa	12 841	3 682	-9 159	-71,33%
Total	3 537 165	5 486 739	1 949 574	55,12%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Proveitos	4 587 629	4 480 129	-107 499	-2,34%
Custos Diferidos	43 833	4 565	-39 268	-89,58%
Total	4 631 462	4 484 695	-146 767	-3,17%
TOTAL DO ATIVO	46 775 748	53 037 218	6 261 470	13,39%





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Rubricas	à data de		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	15 134 343	16 557 853	1 423 510	9,41%
Reservas Legais	394 922	624 690	229 768	58,18%
Doações	1 453 466	1 453 466	0	0,00%
Cedência de Alvará e Loteamento	8 879 761	9 382 659	502 898	5,66%
Resultados Transitados	-600 679	6 241 810	6 842 489	-1139,13%
Resultado Líquido do Exercício	4 595 355	2 279 521	-2 315 834	-50,40%
Total	29 857 169	36 539 998	6 682 830	22,38%
Passivo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	811 291	811 291	0	0,00%
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	2 998 054	2 568 161	-429 893	-14,34%
Fundo de Apoio Municipal	304 906	228 679	-76 227	-25,00%
Total	4 114 250	3 608 131	-506 120	-12,30%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	439 409	612 434	173 025	39,38%
Fornecedores, c/c	3 809 808	3 469 736	-340 072	-8,93%
Fornecedores - fact. Rec. Confª	372 007	403 028	31 021	8,34%
Fornecedores Imobilizado, c/c	103 210	103 210	0	0,00%
Estado e O. Entes Públicos	89 995	77 445	-12 550	-13,95%
Administração Autárquica	7 706	0	-7 706	-100,00%
Outros Credores	258 369	336 495	78 126	30,24%
Total	5 080 505	5 002 347	-78 158	-1,54%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	343 385	498 377	154 992	45,14%
Proveitos Diferidos	7 380 438	7 388 364	7 926	0,11%
Total	7 723 823	7 886 741	162 918	2,11%
TOTAL DO PASSIVO	16 918 579	16 497 219	-421 360	-2,49%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	46 775 748	53 037 218	6 261 470	13,39%





[Handwritten signature]

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O processo de inventariação e registo dos bens de domínio público que o Município vinha levando a cabo levou ao reconhecimento em 2017 de diversos bens que se encontravam por registar. O acréscimo líquido proveniente deste reconhecimento foi de 3.848.241€ (19.518.037€ de imobilizado e 15.669.79 € de amortizações acumuladas).
- b) Face ao processo acima referido é nosso entendimento que os bens de domínio público ainda por registar não serão de tal forma relevantes que levem à manutenção de qualquer reserva sobre este tema na Certificação Legal de Contas, pelo que, relativamente aos anos anteriores, a reserva na CLC foi retirada.
- c) No que aos bens de domínio público diz respeito, no ano de 2017 foram transferidos para imobilizado firme cerca de 3.289.000€, o que corresponde a 33% do imobilizado que estava em curso em 2016. Apesar da regularização ocorrida em 2017, continuam a existir diversas obras com designação genérica (zonas verdes e rede viária) que devem ser analisadas por forma a verificar da razoabilidade de se manterem como imobilizado em curso.
- d) O saldo de imobilizado em curso cresceu cerca de 15% relativamente a 2016, acréscimo que comprovámos. Existem diversas obras que se mantêm imutáveis desde 2014. Não nos foi possível confirmar se já se encontram em uso ou não. O seu valor é de 733.518€ o que corresponde a 75% do saldo. Considerando uma taxa de amortização média de 5%, as amortizações do exercício poderão estar subavaliadas em 37.000€.
- e) Ainda que não referidos no anexo às Demonstrações Financeiras, existem bens em regularizações, por inventariar, conforme mapa seguinte:

Bens Imóveis por inventariar		
Descrição	Morada	Freguesia
Parcela de Terreno (800 m2)	Vale Figueira	Alcochete
Parcela de Terreno (9.920 m2)	Atalaia	Alcochete
Parcela de Terreno (400 m2)	Quinta da Soalheira	Alcochete
Campo de Futebol do Passil	Passil	Alcochete
Centro Comunitário do Passil	Passil	Alcochete
Refeitório de S. Francisco	Largo 1º de Maio	S. Francisco





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- f) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado líquido do Município no ano de 2017 por comparação com o ano de 2016:

Rubricas Imobilizado	Saldos Líquidos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	11 390 933	16 079 101	4 688 168	41,16%
Imobilizações Incorpóreas	519 479	568 508	49 029	9,44%
Imobilizações Corpóreas	25 228 475	24 912 051	-316 424	-1,25%
Investimentos Financeiros	1 468 235	1 506 125	37 890	2,58%
TOTAL	38 607 121	43 065 784	4 458 663	11,55%

- g) Testamos 76% do movimento do ano de imobilizado corpóreo e 96% do movimento do ano de bens de domínio público.
- h) Não foi possível identificar a que diz respeito o saldo registado na conta de investimentos financeiros. Deve ser feito um esforço em 2018 para desagregar a conta 4153 que apresenta um saldo a 31/12/2017 de 439.240€.
- i) Com os elementos que dispomos não nos foi possível aferir do valor da dívida que relevará para a dívida do Município relativo a entidades participadas.
- j) Relativamente ao imobilizado incorpóreo, testamos 86% do movimento do ano.





A

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.
- b) A conta apresenta-se dividida pelas seguintes sub-rubricas:

Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Matérias-primas	53	1 401	1 348	2539,76%
Matérias Subsidiárias e de consumo	0	207 031	207 031	-
Ferramentas e Utensílios	70 625	1 892	-68 734	-97,32%
Artigos de Limpeza e Higiene	110	293	183	165,85%
Materiais de construção	145 364	0	-145 364	-100,00%
Outros materiais	29 003	36 335	7 332	25,28%
Combustíveis	344	0	-344	-100,00%
Manutenção auto	2 197	2 316	119	5,41%
Material de economato	20 395	3 332	-17 063	-83,66%
TOTAL	268 091	252 599	-15 492	-5,78%

- c) Analisámos, por amostragem, alguns saldos finais desta rubrica, para verificar da conformidade dos inventários com as existências reais.
- d) Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. O seu valor é de 99.357€ e corresponde a 37% do saldo final de stock. O Município considera que são bens utilizáveis no futuro e por essa razão sem necessidade de constituir provisão.

3.2.2.2 - Utentes e Contribuintes c/c

- a) A conta, no seu conjunto, apresenta um saldo de 459.448 €, conforme quadro seguinte:

	Saldos em €		
	31/12/2016	31/12/2017	Variação €
Contribuintes c/c			
Impostos Indiretos	-114	614	728
Taxas (Saneamento)	214 886	120 797	-94 090
Total	214 772	121 410	-93 362
Utentes c/c			
Centro Saúde	-7	0	7
Rendimentos de Propriedade	-14	0	14
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	666 091	324 825	-341 266
Outras Receitas Correntes	39 196	13 213	-25 983
Outras Receitas de Capital	-12	0	12
Total	705 253	338 038	-367 216





Cobranças Duvidosas			
Cobranças em atraso	27 057	606 607	579 550
Total	27 057	606 607	579 550
Provisões			
Cobranças Duvidosas	-27 057	-606 607	-579 550
Total	-27 057	-606 607	-579 550
TOTAL	920 026	459 448	-460 578

- b) Existe uma diferença de 26.237€ entre o saldo da conta de clientes da contabilidade patrimonial e o total em dívida retirado dos vários programas de faturação. O saldo da contabilidade é coincidente com o saldo da receita por cobrar.
- c) Em 2017 foram reforçadas as provisões para clientes de cobrança duvidosa no valor de 579.550€. Deve fazer-se referência no anexo ao critério utilizado.
- d) Deve ser analisada a prescrição de dívidas de água que não estão em processo de execução fiscal.

3.2.2.3 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a haver em sede de IVA, que se elevam a 147.576€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubrica	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IVA	167 875	147 576	-20 299	-12,09%
TOTAL	167 875	147 576	-20 299	-12,09%

- b) Respeitam a valores de IVA a recuperar.
- c) Validámos o saldo da conta.

3.2.2.4 - Outros Devedores

- a) Trata-se de valores correntes a receber essencialmente referentes ao programa da ação de aquisição de embarcação "Bote Leão", conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Outros Devedores	105	105	0	0,00%
Devedores de transf. para autarquias locais	2 768	0	-2 768	-100,00%
Total	2 873	105	-2 768	-96,34%





- b) Aos outros devedores trata-se de um saldo com a AIP.
- c) Validámos o saldo ainda da conta.

3.2.3 Disponibilidades

3.2.3.1 - Caixa

- a) O saldo de caixa é de 3.682€, uma vez que o valor em caixa não foi depositado em final de ano.
- b) Durante o ano efetuámos análises ao caixa, verificando as contas da tesouraria e o valor existentes, sem ter encontrado diferenças.
- c) Verificámos ao longo do ano alguns lançamentos nesta conta não tendo detetado erros.
- d) O saldo de caixa apresenta-se conciliado e os movimentos no mesmo são efetuados de acordo com procedimentos corretos.

3.2.3.2 - Depósitos à Ordem

- a) A conta apresenta a seguinte decomposição:

Entidades Bancárias	Valor €
Banco Espírito Santo/Novo Banco	
Conta nº 007032400001550000002	2 455 303
Banco Bpi, Sa	
Conta nº 001000001954787010197	7 564
Caixa Geral de Depósitos	
Conta nº 003500330000004073049	1 463 919
Conta nº 003500330000030823030	4 518
Conta nº 003500330000078943081	205 370
Conta nº 0035003300000336233059	90 478
Conta nº 0035003300000690593071	79
Conta nº 0035003300000908343133	11 351
Conta nº 003500330001117133014	1 015
Conta nº 003500330001147633015	30 000
Conta nº 003500330001193313031	30
Conta nº 003500330000004032049 - Prazo	0
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl	
Conta nº 004550304003202642354	76 895
Conta nº 004550304024782257089	71 293
Conta nº 004550304024782272027	196 029
Banco Atlântico	
Conta nº 002400005011873571056	276
Banco Popular Portugal SA	





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Conta nº 004603080060012537282	4 288
Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	
Conta nº 003800004084520677145	4 920
TOTAL	4 623 329

- b) Testamos todas as reconciliações de Dezembro e verificámos os movimentos em aberto.
- c) Nas várias reconciliações analisadas foram detetados movimentos por reconciliar anteriores a 2016. Existem movimentos registados nas instituições financeiras não refletidas na contabilidade do Município e movimentos contabilísticos sem o correspondente movimento nas instituições financeiras, situação que se mantém de anos anteriores.
- d) Esta área necessita de melhoria nos procedimentos por forma a corrigir as situações pendentes. Segundo nota no Anexo estes procedimentos vão ser analisados e corrigidos em 2018.
- e) Nas reconciliações foram detetadas diferenças entre os fechos de TPA e o seu registo contabilístico. Deve ser melhorado o procedimento de registo em 2018.
- f) As situações descritas em c), d) e e), não impedem, face ao seu reduzido valor, que não validemos os saldos apresentados.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 - Acréscimos de proveitos

- a) A conta de acréscimos de proveitos apresenta um saldo de 4.480.129€, conforme quadro seguinte:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Juros de Depósitos	291 940	979	-290 961	-99,66%
Outros	4 295 689	4 479 151	183 462	4,27%
TOTAL	4 587 629	4 480 129	-107 499	-2,34%

- b) Os outros são referentes referente ao IMI de 2017 a receber em 2018.
- c) Analisámos os saldos e movimentos da conta tendo validado o saldo da mesma.





A

3.2.4.2 - Custos Diferidos

- a) Trata-se de pagamentos no ano de 2017 que correspondem a custos do ano de 2018 de acordo com o quadro seguinte:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Outros	43 833	4 565	-39 268	-89,58%
TOTAL	43 833	4 565	-39 268	-89,58%

- b) Validámos os saldos da conta.

II- PASSIVO**3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo****3.2.5.1 - Provisões para Outros Riscos e Encargos**

- a) Trata-se de provisões para processos judiciais em curso no valor de 811.291€, que vem de anos anteriores, que validamos.
- b) Verificámos os movimentos do ano, não tendo conciliado a conta com as respostas dos advogados, por as não termos obtido.
- c) Dizem respeito a montantes a provisões para dívida à SIMARSUL.
- d) Mantiveram o valor de 2016.

3.2.5.2 - Empréstimos Obtidos

- a) Conciliámos os saldos da contabilidade com três fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos. Através da análise da informação que obtivemos e sua confrontação com a informação disponível no Município, validamos o saldo da conta.
- b) O volume e valor dos empréstimos bancários existentes a 31/12/2017 era o que consta do quadro seguinte:





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIIDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31/12/2016	31/12/2017	€	%
CGD	0033/000/474/391	32 000	24 892	-7 108	-22,21%
CGD	0033/000/475/191	264 069	176 046	-88 023	-33,33%
CGD	0033/000/463/891	47 523	31 684	-15 839	-33,33%
BPI	1954787/830/001	25 004	21 301	-3 703	-14,81%
CGD	9015/002/308/091	62 734	47 080	-15 654	-24,95%
CGD	9015/002/801/591	130 323	117 537	-12 786	-9,81%
CGD	9015/002/802/391	48 252	43 477	-4 774	-9,89%
DG Tesouro	PREDE	282 718	96 184	-186 535	-65,98%
CCAM	58020932046	805 907	677 350	-128 557	-15,95%
CGD - Exc.	9015/006813/091	200 520	174 645	-25 876	-12,90%
CGD - n/Exc.	9015/006813/091	331 065	288 343	-42 722	-12,90%
CCAM	58022382035	332 969	284 656	-48 314	-14,51%
Novo Banco	23884	424 902	331 703	-93 199	-21,93%
Novo Banco	155/210,0	2 378	1 771	-606	-25,49%
Novo Banco	155/200,3	7 690	6 792	-898	-11,68%
CCAM	375.900	0	244 700	244 700	-
Total Médio Longo Prazo		2 998 054	2 568 161	-429 893	-14,34%
Total Curto Prazo		439 409	612 434	173 025	39,38%
TOTAL		3 437 463	3 180 595	-256 868	-7,47%

c) Validámos os saldos da conta, no seu conjunto.

3.2.6 Dívidas de Curto Prazo

3.2.6.1 - Fornecedores c/c e Faturas em receção e conferência:

a) O saldo respeita a:

Rubricas	Saldos em €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
Contas Gerais				
Curto Prazo	3 809 808	3 469 736	-340 072	-8,93%
Faturas em receção e conferência	372 007	403 028	31 021	8,34%
TOTAL	4 181 815	3 872 764	-309 052	-7,39%

b) Circularizámos a 31/12/2017, saldos, que correspondiam a 96% dos existentes.

c) Continuam a existir saldos por regularizar de anos anteriores, nomeadamente nas contas: 2210348, 2281947, 2286659 e 2284978. São saldos relativos aos saldos dos fornecedores: Serviços Municipalizados do Montijo, Simarsul, Águas do Tejo e Gravimétrica, ou seja, trata-se





de faturação que se encontra em contencioso. A Gravimétrica encontra-se em processo de insolvência.

- d) Os faturas de suporte, de acordo com a legislação, não devem permanecer em conferência e receção por mais de 30 dias.
- e) Validamos os saldos apresentados.

3.2.6.2 - Estado e O. Entes Públicos

- a) Trata-se de valores a pagar ao estado, que se elevam a 77.445€. A sua evolução no ano foi a constante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Absoluta	%
IRS	50 034	39 181	-10 853	-21,69%
IVA	0	0	0	-
Restantes Impostos	78	78	0	0,00%
Segurança Social	39 827	38 126	-1 701	-4,27%
Outros	56	60	4	6,67%
TOTAL	89 995	77 445	-12 550	-13,95%

- b) Os saldos em aberto a 31/12/2017 foram confirmados pelos valores pagos em janeiro de 2018.
- c) Foram solicitadas certidões de não dívida, que confirmaram a não existência de dívidas em mora.
- d) Validámos o saldo da conta.

3.2.6.3 - Outros Credores

- a) Circularizámos 61% dos saldos e conciliámos com outras fontes de informação interna.
- b) O saldo que no conjunto das contas atinge é de 668.384€, é o que consta do quadro abaixo:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	103 210	103 210	0	0,00%
Total	103 210	103 210	0	0,00%
Pessoal	0	0	0	-
Sindicatos	1 404	1 462	58	4,10%
Administração Autárquica	7 706	0	-7 706	-100,00%
Credores de Passivos Financeiros	0	9 075	9 075	-





Credores Diversos	180 737	249 731	68 994	38,17%
Fundo de Apoio Municipal - MLP	304 906	228 679	-76 227	-25,00%
Fundo de Apoio Municipal - CP	76 227	76 227	0	0,00%
Total	570 981	565 173	-5 807	-1,02%
Total	674 191	668 384	-5 807	-0,86%

- c) Das respostas obtidas e dos procedimentos alternativos realizados para confirmação dos saldos, não obtivemos quaisquer divergências, pelo que validámos o saldo da conta.

3.2.7 Acréscimos e Diferimentos

3.2.7.1 - Acréscimos de Custos

- a) Esta conta serviu de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior.
- b) O saldo contempla:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Remunerações a liquidar	324 677	323 565	-1 111	-0,34%
Juros a liquidar	0	1 371	1 371	-
Outros	18 709	173 441	154 733	827,07%
TOTAL	343 385	498 377	154 992	45,14%

- c) A parte que contempla remunerações a liquidar, deveria tratar as férias e subsídios de férias de 2017 a liquidar em 2018.
- b) O acréscimo de férias contabilizado diz respeito apenas a um mês. O acréscimo deve ser referente ao subsídio de férias e ao mês de férias, ou seja 2 meses, acrescidos dos respetivos encargos. O custo com o pessoal e o acréscimo com férias estão subavaliados em cerca de 320.000€, de acordo com informação prestada pelo Município, acerto será regularizado em 2018.





A

3.2.7.2 - Proveitos Diferidos

- a) Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	€	%
Mec. Aq. de embar. Tradicional "Bote Leão"	130 000	186 667	56 667	43,59%
Aquisição de embarcação "Bote Leão"	100 043	126 072	26 029	26,02%
Ampliação da EB 1 / J I Restauração	0	5 228	5 228	-
Miradouro Amália Rodrigues	0	30 750	30 750	-
Cooperação Técnica e Financeira	2 774 622	2 753 699	-20 922	-0,75%
Estado-Projetos Cofinanciados	4 118 460	4 033 401	-85 060	-2,07%
Serviços e Fundos Autónomos	257 313	252 548	-4 765	-1,85%
TOTAL	7 380 438	7 388 364	7 926	0,11%

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Há alguma falta de informação sobre a imputação/anulação destes subsídios.
- d) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- e) Apesar do referido em c), validamos o saldo da conta.





III-FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8 Fundos Próprios

Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Património	15 134 343	16 557 853	1 423 510	9,41%
Ajustamentos de Capital	0		0	-
Reservas Legais	394 922	624 690	229 768	58,18%
Doações	1 453 466	1 453 466	0	0,00%
Cedência de Alvará e Loteamento	8 879 761	9 382 659	502 898	5,66%
Resultados Transitados	-600 679	6 241 810	6 842 489	-1139,13%
Resultado Líquido	4 595 355	2 279 521	-2 315 834	-50,40%
Total	29 857 169	36 539 998	6 682 830	22,38%

3.2.8.1 - Património

O movimento do ano diz respeito ao registo de alguns bens que estavam por inventariar e ao registo de emissão de alvarás, conforme nota a conta 5.1.1 e 5.2 do Relatório de Gestão.

3.2.8.2 - Reservas Legais

A diferença é referente à transferência de 5% do Resultado líquido de 2016.

3.2.8.3 - Doações

Manteve o valor de 2016.

3.2.8.4 - Cedência de Alvará e Loteamento

Tiveram um aumento de 502.898€. Referem-se a cedências de alvarás de loteamento registadas no ano de 2017, (processo e/500-Alto do Castelo), sobre reservas do Anexo.

3.2.8.5 - Resultados Transitados

- a) Relativamente a 2016 esta conta teve uma variação de 6.842.489€, que derivam, conforme nota do Anexo de Reservas, da distribuição do Resultado Líquido de 2016 e do registo de bens





do domínio público (parte da rede viária) com início de utilização em 2002 e das respetivas amortizações.

- b) Analisámos e concordámos com as movimentações efetuadas nas contas dos Fundos Próprios.

3.2.8.6 - Resultados Líquidos

Trata-se dos resultados apurados no exercício de 2017 que foram positivos em 2.279.521€.





14

3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31/12/2016	31/12/2017	2016	2017
Custos e Perdas				
CMVMC	417 068	501 595	3,54%	3,86%
FSE	2 801 946	3 201 948	23,79%	24,66%
Pessoal	6 525 499	6 604 086	55,40%	50,87%
Transferências e Subs. Concedidos	496 701	470 834	4,22%	3,63%
Amortizações do exercício	852 929	1 002 468	7,24%	7,72%
Provisões do exercício	0	579 550	0,00%	4,46%
Outros Custos e Perdas Operacionais	32 637	97 507	0,28%	0,75%
Custos e Perdas Financeiros	121 492	88 313	1,03%	0,68%
Custos e Perdas Extraordinários	529 802	436 580	4,50%	3,36%
Total Custos	11 778 075	12 982 882	100,00%	100,00%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	2 945 259	2 918 864	17,99%	19,12%
Impostos e Taxas	7 628 261	7 893 931	46,59%	51,72%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	0	0,00%	0,00%
Proveitos Suplementares	48 689	57 397	0,30%	0,38%
Transferências e Subs. Obtidos	3 162 571	3 280 318	19,32%	21,49%
Outros proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,00%	0,00%
Proveitos e Ganhos Financeiros	787 233	723 415	4,81%	4,74%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 801 418	388 477	11,00%	2,55%
Total Proveitos	16 373 430	15 262 402	100,00%	100,00%
Resultados	4 595 355	2 279 521		





3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.4.1 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
- Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 - Custo das Existências Vendidas e Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos 13% do movimento do ano não tendo detetado anomalias.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
- Matérias-primas;
 - Matérias Subsidiárias;
 - Materiais Diversos,
 - Combustíveis e Lubrificantes,
 - Limpeza e Higiene
 - Vestuário e Artigos Pessoais
 - Ferramentas e Utensílios.





4

d) O mapa da demonstração do custo das mercadorias vendidas é o contante do quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Existências Iniciais	248 618	268 091	19 473	7,83%
Compras +- Reg. Existências	436 541	486 103	49 562	11,35%
Existências Finais	268 091	252 599	-15 492	-5,78%
CMVMC	417 068	501 595	84 527	20,27%

e) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.2 - Fornecimentos e Serviços Externos

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2016 para 2017:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Eletricidade	599 748	624 140	24 391	4,07%
Combustíveis	139 092	141 779	2 688	1,93%
Comunicação	65 434	79 887	14 453	22,09%
Seguros	119 984	160 245	40 261	33,55%
Transportes Pessoal	99 548	122 065	22 517	22,62%
Conservação e Reparação	134 046	211 443	77 398	57,74%
Limpeza, higiene e conforto	242 466	34 986	-207 480	-85,57%
Trabalhos especializados	221 329	397 286	175 957	79,50%
Outros	1 180 298	1 430 117	249 819	21,17%
Total	2 801 946	3 201 948	400 003	14,28%

b) Aumentaram, no seu conjunto, relativamente a 2016, cerca de 14,3%, com especial incidência nas rubricas:

- i) Trabalhos especializados, com aumento de 79,5%, devidos essencialmente ao aumento da sub-rúbrica Iluminação pública que teve no ano um custo de 153.533 euros.
- ii) Conservação e reparação, aumento de 57,74%;
- ii) Seguros, subida de 33,55%.

e diminuição significativa da rubrica Limpeza, higiene e conforto em cerca de 86%.

c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.

d) Verificamos 29% do movimento do ano.

e) Validámos o saldo da conta.





14

3.4.1.3 - Custos com Pessoal

a) Tiveram um aumento de 1,2% relativamente a 2016, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Remunerações certas e Permanentes	240 025	223 538	-16 487	-6,87%
Remunerações ao Pessoal	4 843 291	4 915 612	72 321	1,49%
Pensões	1 822	929	-894	-49,04%
Encargos s/ Remunerações	1 209 718	1 347 401	137 683	11,38%
Seguros de AT e doenças profissionais	2 907	0	-2 907	-100,00%
Outros Custos com Pessoal	227 735	116 606	-111 129	-48,80%
Total	6 525 499	6 604 086	78 588	1,20%

b) Os movimentos de Janeiro das contas 6452 e 64530353 devem transitar para a conta 697, dizem respeito ao exercício de 2016.

c) O acréscimo de férias contabilizado diz respeito apenas a um mês. O acréscimo deve ser referente ao subsídio de férias e ao mês de férias, acrescidos dos respetivos encargos, ou seja, 2 meses. O custo com o pessoal e o acréscimo com férias estão subavaliados em cerca de 320.000€, de acordo com informação prestada pelo Município, acerto será regularizado em 2018.

d) No resto, analisados os movimentos e validamos o saldo da conta.

3.4.1.4 - Transferências e Subsídios

a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas. Diminuíram, relativamente a 2016, em 5,21%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Administração Autárquica	496 701	470 834	-25 868	-5,21%
Desporto Juventude Movimento Associativo	0	0	0	-
Total	496 701	470 834	-25 868	-5,21%

b) Testámos cerca de 30% do movimento do ano, não existem ajustamento a propor.

c) Todas as transferências efetuadas pelo Município devem ser suportadas por documento válido emitido pelo beneficiário do mesmo (fatura, fatura/recibo).

d) Validamos os custos apresentados na rubrica.



**3.4.1.5 - Outros Custos Operacionais**

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos e Taxas	6 269	62 756	56 486	901,00%
Quotizações	14 601	13 916	-684	-4,69%
Outros	11 767	20 835	9 068	77,06%
Total	32 637	97 507	64 870	198,76%

b) Tiveram um aumento de cerca de 200% em 2017.

c) Testámos cerca de 52% do movimento do ano, não existem ajustamentos a propor.

d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma se mantém sensivelmente em relação ao ano anterior. Foi de 2,3% em 2017. Em 2016 havia sido de 2,2%.

b) O quadro seguinte dá-nos o valor das amortizações do ano:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Bens do Domínio Público	84 058	727 805	643 747	765,84%
Imobilizações Incorpóreas	54 907	84 846	29 938	54,53%
Imobilizações Corpóreas	713 964	189 818	-524 146	-73,41%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	852 929	1 002 468	149 539	17,53%

c) Os bens imobilizados foram amortizados de acordo com as regras definidas no CIBE.

d) Validámos o saldo da conta.

3.4.1.7 - Provisões

a) Foram efetuados ajustamentos (provisões) no valor de 579.550€.

b) Validámos o saldo da conta.



**3.4.1.8 - Custos e Perdas Financeiras**

a) Decompõem-se em:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros suportados	53 603	46 409	-7 193	-13,42%
Amort. de investimentos em imóveis	14 891	35 101	20 210	135,72%
Outros	52 998	6 802	-46 196	-87,16%
Total	121 492	88 313	-33 179	-27,31%

- b) Verificou-se um decréscimo no conjunto destes custos de 2016 para 2017 de 27,31%.
- c) Analisámos a evolução da conta, tendo-a desagregado e comparado com valores do ano de 2016.
- d) Efetuámos a verificação de uma amostra aleatória de cerca de 29% dos lançamentos efetuados na conta, tendo validado o saldo da mesma.

3.4.1.9 - Custos e perdas Extraordinários

a) Esta conta agrega as rubricas seguintes:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Perdas em existências	0	249 941	249 941	-
Perdas em Imobilizações	226 685	3 731	-222 954	-98,35%
Multas e Penalidades	1 479	0	-1 479	-100,00%
Aumentos de amortizações e de provisões	231 830	0	-231 830	-100,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	69 628	182 908	113 280	162,69%
Outros	180	0	-180	-100,00%
Total	529 802	436 580	-93 222	-17,60%

- b) Analisámos e verificámos 21% dos os movimentos efetuados na conta, tendo-a validado.





3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 - Vendas

a) Relativamente a 2016 tiveram uma diminuição de 8,37%, conforme quadro seguinte, que validámos:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Mercadorias	2 125	549	-1 577	-74,17%
Água	1 473 617	1 351 615	-122 002	-8,28%
Total	1 475 743	1 352 164	-123 579	-8,37%

b) Validámos os valores da conta.

3.4.2.2 – Prestação de Serviços

a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Serviços Sociais Recreat. Juventude e Desporto	175 978	182 522	6 544	3,72%
Resíduos Sólidos	801 166	850 693	49 527	6,18%
Trabalhos por conta de Particulares	117	0	-117	-100,00%
Cemitérios	25 199	14 645	-10 554	-41,88%
Mercados e Feiras	270	348	79	29,16%
Refeitórios Escolares	185 306	201 358	16 052	8,66%
Prolongamento Horário Escolar	161 995	183 584	21 589	13,33%
Refeitório Municipal	40 041	43 330	3 289	8,22%
Outros	58 983	62 363	3 379	5,73%
Outros (Enc. de cobrança de receita)	21	15	-6	-27,10%
Reembolsos e Restituições	-33 315	-24 592	8 724	-26,18%
Rendas e Alugueres	53 756	52 437	-1 319	-2,45%
Anulações	0	-5	-5	-
Total	1 469 517	1 566 700	97 183	6,61%

b) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.

c) No final, validámos e aceitámos o saldo da conta que, no seu conjunto, subiu, relativamente a 2016 em 6,61%.



**3.4.2.3 – Impostos e Taxas**

a) A conta contempla as seguintes receitas:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Impostos Diretos				
IMI	4 097 468	4 221 229	123 761	3,02%
Imposto Circulação	424 389	454 520	30 132	7,10%
IMT	1 372 634	1 832 997	460 363	33,54%
Derrama	478 249	409 116	-69 133	-14,46%
Impostos indiretos	151 454	167 110	15 656	10,34%
	6 524 193	7 084 972	560 779	8,60%
Taxas				
Mercados e Feiras	1 539	1 416	-123	-7,99%
Loteamentos e Obras	155 706	110 465	-45 242	-29,06%
Ocupação via Pública	13 296	15 342	2 046	15,38%
Caça Uso e porte de arma	0		0	-
Saneamento	983 021	971 569	-11 452	-1,16%
Lic. Provas Desportivas	0	34	34	-
Lic. Fogueiras e Queimadas	8	8	0	1,55%
Outras	99 394	20 414	-78 980	-79,46%
Reembolsos e Restituições	-148 898	-223 965	-75 067	50,42%
Anulações	0	-86 323	-86 323	-
	1 104 067	808 959	-295 108	-26,73%
Total	7 628 261	7 893 931	265 671	3,48%

b) Verificaram-se subidas relativamente a 2016:

- no IMT 33,54%,
- nos Impostos Indiretos 10,34%.

e descidas, com especial referência para as rubricas:

- Taxas 26,73%,
- Na Derrama 14,46%.

c) No cômputo geral, tiveram uma diminuição de cerca de 3% relativamente a 2016.

d) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.





14

3.4.2.4 - Proveitos Suplementares

a) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Reembolsos de Outras Receitas	0	-1 178	-1 178	-
Não especificados	48 689	58 575	9 886	20,31%
Total	48 689	57 397	8 709	17,89%

b) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

c) No final validámos os saldos.

3.4.2.5 - Transferências e Subsídios Obtidos

a) São contabilizados nesta conta:

i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por Lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 - Subsídios para investimentos.

ii) os subsídios obtidos, nos termos da Lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Capital				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	280 960	296 466	15 507	5,52%
Cooperação Técnica e Financeira	0	4 199	4 199	-
Correntes				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 074 214	1 185 863	111 649	10,39%
Fundo Social Municipal	249 277	249 277	0	0,00%
Participação fixa no IRS	1 254 452	1 205 508	-48 944	-3,90%
Outras	278 668	339 005	60 336	21,65%
Elaboração do PEDU de Alcochete	25 000	0	-25 000	-100,00%
Total	3 162 571	3 280 318	117 747	3,72%





14

- c) Analisámos mensalmente a obtenção dos subsídios e as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização tanto dos primeiros como das segundas, pelo que validamos os saldos.

3.4.2.5 - Proveitos e Ganhos Financeiros

- a) A conta inclui juros obtidos e rendimentos de aplicações financeiras devidamente desagregada de acordo com a origem dos proveitos obtidos, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Juros Obtidos	0	27	27	-
Rendimento de Imóveis	702 643	701 164	-1 480	-0,21%
Rendimentos de participação no Capital	42 350	5 962	-36 388	-85,92%
Outros	42 240	33 373	-8 867	-20,99%
Reembolsos e Anulações	0	-17 110	-17 110	-
Total	787 233	723 415	-63 818	-8,11%

- b) Analisámos mensalmente a obtenção destes proveitos tendo validado os mesmos.

3.4.2.6 - Proveitos Extraordinários

- a) Inclui:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31/12/2016	31/12/2017	Nominal	%
Ganhos em Existências	243 055	207 303	-35 753	-14,71%
Benefícios de Penalidades Contratuais	364 424	23 846	-340 577	-93,46%
Correções de Exercícios Anteriores	139 643	5 964	-133 679	-95,73%
Outros	1 054 295	151 364	-902 932	-85,64%
Total	1 801 418	388 477	-1 412 940	-78,43%

- b) Os outros devem-se essencialmente a transferências de capital de indemnizações (133.086€).
- c) Analisámos, por amostragem, os movimentos da conta.
- d) Validámos os saldos apresentados.



**4. ENDIVIDAMENTO**

Divida Total (31-12-2017)								Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013 e OE/2017	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais , exceções previstas Lei 73/2013, OE/2017 e FAM	Montante em excesso	Margem			
						(17)=(16)-(-1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)] , se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)] - (16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)			
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)		11 982 610	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21) = (10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
7 833 369	0	7 833 369	325 384	304 906	7 203 079			-7,19%		2 843 274

- a) O quadro transcrito acima reflete a situação do Município em 31/12/2017, (informação da DGAL), que cumpre o limite de dívida total, tendo margem disponível para utilizar de 2.843.274€.
- b) Relativamente ao final de 2016 a dívida a terceiros baixou 7,19%.
- c) No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.





5. CONTROLO ORÇAMENTAL

5.1 Introdução

1. A contabilidade orçamental tem como objetivo controlar e registar a execução do orçamento, tanto no que respeita à execução do corrente como aos compromissos vindos de exercícios anteriores como, e ainda, a compromissos assumidos cujo pagamento venha a ser efetuado em exercícios futuros.
2. Para análise, tivemos presentes os mapas de execução orçamental da receita, da despesa, das grandes opções do plano, do plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes.
3. Verificámos cerca de 29% da despesa paga no ano e cerca de 75% da receita cobrada.
4. O orçamento para 2017, aprovado em Assembleia Municipal, apresentava-se como se segue:

Tipo	Montante (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	12.988.066	14.248.927
Capital	1.632.239	371.378
Total	14.620.305	14.620.305

5. Após as modificações e as alterações orçamentais que durante o ano lhe foram introduzidas, o orçamento apresentava o seguinte quadro:

Tipo	Corrigidas (€)	
	Despesas	Receitas
Correntes	13.474.520	14.253.927
Capital	4.350.610	1.655.587
Reposições	0	712
Saldo Orçamental	0	1.931.649
Total	17.825.130	17.841.875

6. As modificações e alterações orçamentais, provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo da despesa e da receita de cerca de 2%, mais sentido ao nível das despesas de capital que tiveram um acréscimo de 166% e das receitas de capital que tiveram um aumento de 345%.
7. Note-se a existência de uma pequena diferença no orçamento corrigido entre Despesas e Receitas, ainda que sem significado (16.745€).





5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2016.

2. Em termos de rácios optámos por analisar, relativamente a 2016, os seguintes:

Rácios	31/12/2016	31/12/2017
Peso da Receita Própria na Receita Total	37,17%	30,38%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	113,89%	126,30%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	85,80%	87,46%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	14,20%	12,54%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	57,50%	57,16%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	16,55%	14,34%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	4,29%	4,36%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	64,89%	63,36%

3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:

a. **O peso da receita própria** (impostos diretos não incluídos) **na receita total** é relativamente baixo, pelo que o Município se mantém bastante dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). Note-se ainda que, de 2016 para 2017, o seu peso relativo desceu de 37,17% para 30,38%, o que, em valores absolutos se traduziu num decréscimo de 244.517€.

b. **A receita corrente continuou a superar a despesa corrente**, situando-se num nível de cobertura superior ao do ano anterior (113,89% em 2016 contra 126,30% em 2017).

c. **O peso da despesa corrente na despesa total**, em 2017 manteve-se acima do nível do ano de 2016 (85,80% em 2016 e 87,46% em 2017).

d. Cenário inverso se verifica quanto ao peso das **despesas de capital na despesa total**, que de 14,20% em 2016 desce para 12,54% em 2017.

e. **O peso das despesas com pessoal relativamente às despesas correntes** desceu ligeiramente de 57,50% em 2016 para 57,16% em 2017. Note-se que estas despesas em valores absolutos desceram cerca de 174.165 € (-2,56%).

f. **As despesas de capital** equivaleram em 2017 a 14,34% das despesas correntes, situando-se abaixo do nível de 2016 onde haviam sido de 16,55%.

g. O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações) **na despesa total** teve uma subida de 4,29% em 2016 para 4,36% em 2017.

h. O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital) teve um decréscimo de 64,89% em 2016 para 63,36% em 2017, o que em valores absolutos se traduziu num decréscimo de 217.564€ (-17,09%).





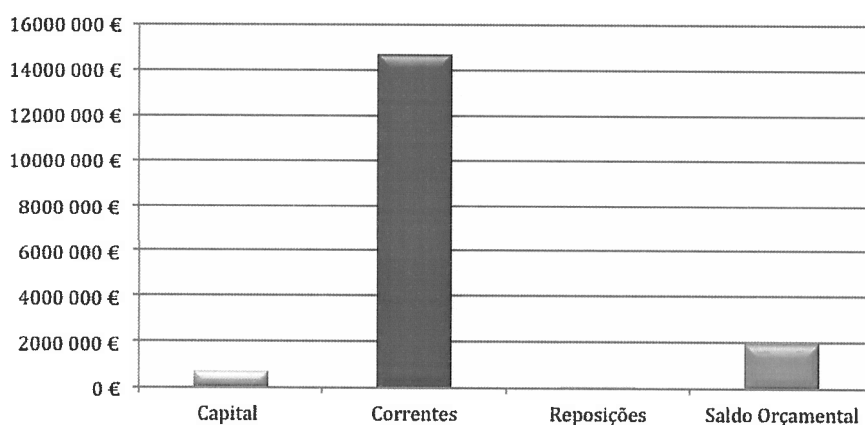
5.3 Análise das Despesas e Receitas Municipais

5.3.1 Receita

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Receita em 2017.

Mapas da Receita 2017 (€)								
Receitas	Dotações Corrigidas	Estrutura	por cobrar início ano	Cobrada Líquida	Estrutura	por cobrar final ano	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	1 655 587	9,28%	2 768	711 253	4,10%	0	15,86%	42,96%
Correntes	14 253 927	79,89%	947 116	14 675 351	84,65%	1 066 055	100,03%	102,96%
Reposições	712	0,00%	0	18 278	0,11%	0	3,08%	2567,13%
Saldo Orçamental	1 931 649	10,83%	0	1 931 649	11,14%	0		100,00%
Total	17 841 875	100,00%	949 884	17 336 531	100,00%	1 066 055	67,75%	97,17%

2. Das receitas previstas corrigidas, foram executadas 42,96% das de capital e 102,96% das correntes, sendo que a execução global da receita de 97,17%.
3. O Município, contrariamente ao que vinha acontecendo nos 2 anos anteriores, cumpriu o estipulado no artº 56º da Lei 73/2013 sobre desvios orçamentais, e já obteve uma execução da receita de 97,2%, superior aos 85% impostos pela Lei acima focada.
4. Se comparada a execução da receita com a de 2016, verifica-se que a execução global passou de 67,75% em 2016, para 97,17% em 2017, o que se traduziu numa subida relativa de 43,43%.
5. Graficamente, a execução da receita, apresenta-se do seguinte modo:



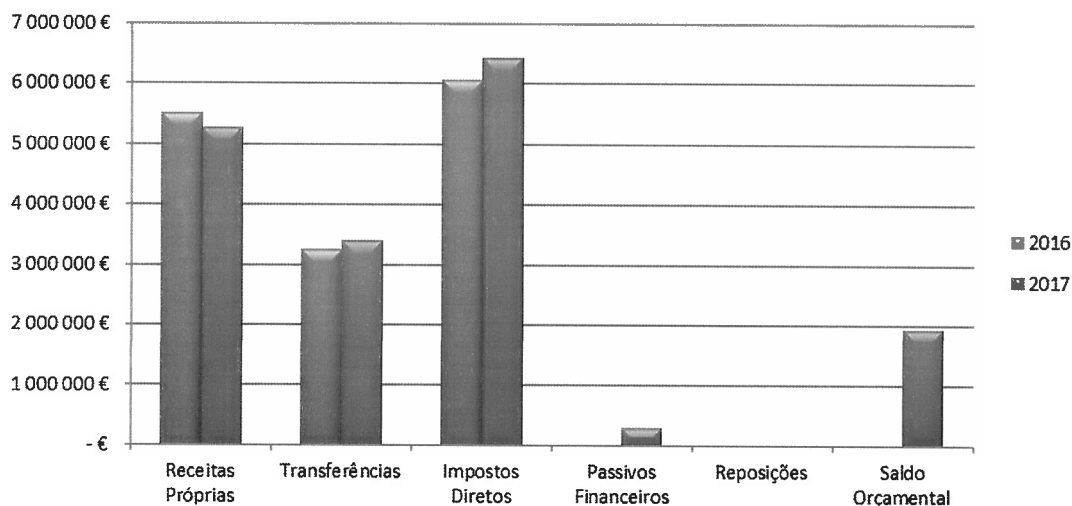


17

6. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2016 e de 2017 foi a seguinte:

Estrutura da Receita Municipal				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Receitas Próprias	5 511 583	5 267 066	-244 517	-4,44%
Transferências	3 257 614	3 404 099	146 485	4,50%
Impostos Diretos	6 059 573	6 429 175	369 602	6,10%
Passivos Financeiros	0	286 265	286 265	-
Reposições	534	18 278	17 744	3324,56%
Saldo Orçamental	0	1 931 649	1 931 649	-
Total	14 829 303	17 336 531	2 507 228	16,91%

7. O que graficamente se apresenta como:



8. Mantém-se peso alto das transferências do Estado nas receitas do Município, que representaram em 2016, 21,97% do total e, em 2017, 19,64%.
9. Para as receitas do ano também contribuíram os impostos diretos. Representaram 40,86% do peso da receita em 2016 e 37,08% em 2017.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2017 teve um comportamento superior que em 2016 (67,75% contra 97,17%). Este comportamento é justificado principalmente pela variação do saldo orçamental, que em termos absolutos aumentou em 1.931.649€ e também pelo aumento dos impostos diretos (6,10%) e dos passivos financeiros (4,50%). Note-se, porém, que a execução da receita em termos absolutos foi superior à de 2016 em 16,91% (2.507.228€).



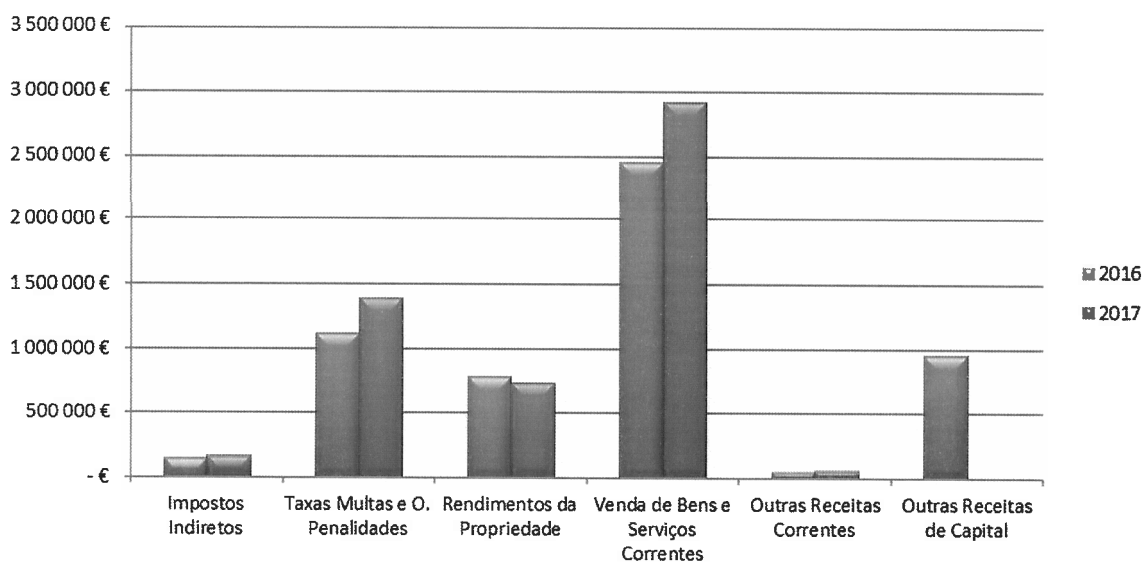


X

11. Quanto às receitas próprias apresentaram o seguinte grau de execução nos anos de 2016 e de 2017:

RECEITAS PRÓPRIAS				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Impostos Indiretos	149 282	164 603	15 321	10,26%
Taxas Multas e O. Penalidades	1 119 582	1 388 103	268 521	23,98%
Rendimentos da Propriedade	785 995	739 025	-46 970	-5,98%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 455 513	2 916 865	461 353	18,79%
Outras Receitas Correntes	48 427	58 470	10 043	20,74%
Outras Receitas de Capital	952 784	0	-952 784	-100,00%
Total	5 511 583	5 267 066	-244 517	-4,44%

12. o que graficamente se traduz em:



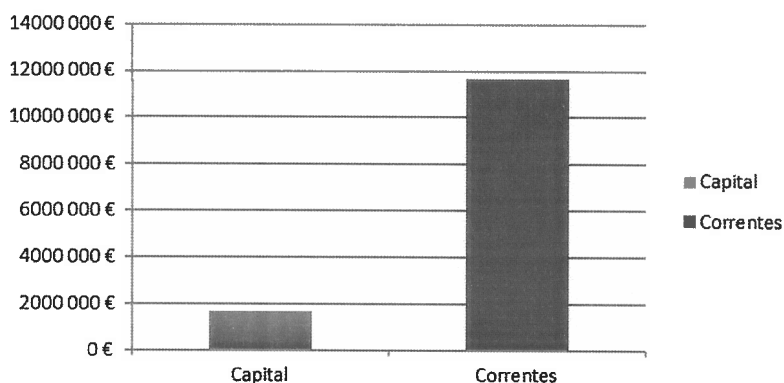


5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2016 e de 2017:

Mapas da Despesa 2017 (€)								
Despesa	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas Pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2016	2017
Capital	4 350 610	24,41%	6 749 329	1 666 160	12,54%	788 308	54,10%	38,30%
Correntes	13 474 520	75,59%	25 082 605	11 619 226	87,46%	1 202 083	65,15%	86,23%
Total	17 825 130	100,00%	31 831 935	13 285 386	100,00%	1 990 391	63,32%	74,53%

2. O que graficamente, e para o ano de 2017, se traduz em:



- Verifica-se que o grau de execução da despesa foi de 74,53% em 2017, acima da execução de 2016 que foi de 63,32%. A despesa líquida de capital paga foi de 38,30% da dotação para o ano em 2017. Em 2016 havia sido de 54,10%.
- A execução do orçamento da despesa em 2017 foi superior à do ano de 2016, o que se deve essencialmente ao aumento da execução das despesas correntes, e á diminuição dos valores das dotações orçamentais corrigidas.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

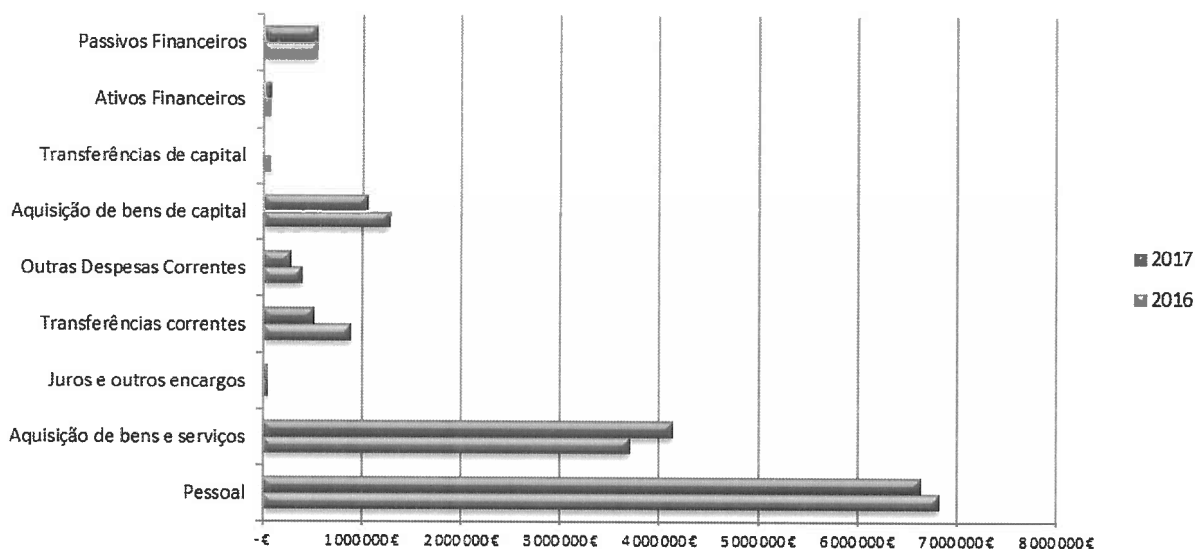
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

W

5. A estrutura da Despesa Municipal em 2016 e em 2017 é-nos dada pelo quadro seguinte:

Estrutura da Despesa Municipal				
Rubricas	2016	2017	Variação	
			Real (€)	%
Pessoal	6 815 759	6 641 594	-174 165	-2,56%
Aquisição de bens e serviços	3 704 073	4 131 679	427 606	11,54%
Juros e outros encargos	52 194	44 316	-7 877	-15,09%
Transferências correntes	887 081	514 689	-372 392	-41,98%
Outras Despesas Correntes	393 940	286 948	-106 992	-27,16%
Sub-total	11 853 046	11 619 226	-233 820	-1,97%
Aquisição de bens de capital	1 273 201	1 055 638	-217 564	-17,09%
Transferências de capital	72 617	0	-72 617	-100,00%
Ativos Financeiros	76 227	76 227	0	0,00%
Passivos Financeiros	540 074	534 296	-5 778	-1,07%
Sub-total	1 962 119	1 666 160	-295 958	-15,08%
Total	13 815 165	13 285 386	-529 779	-3,83%

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2016:

- As despesas com pessoal descenderam 2,56%.
- A aquisição de bens e serviços aumentaram 11,54%.
- Os juros e outros encargos descenderam 15,09%.
- As transferências correntes descenderam 41,98%.
- As Outras despesas correntes descenderam 27,16%.
- A aquisição de bens de capital descenderam 17,09%.
- Os passivos financeiros descenderam 1,07%.





8. Em 2017 continua a verificar-se um peso elevado das despesas pagas com o pessoal nas Despesas do Município, que representaram 49,99% do total em 2017, contra 49,34% em 2016. Esta despesa teve, no entanto, um decréscimo em termos reais de 174.165€ em 2017.
9. Do lado das despesas pagas, as aquisições de bens e serviços representaram em 2017, 31,10% do total das despesas, situando-se acima do nível de 2016 onde representaram 26,81%. Em termos reais, estas despesas tiveram um acréscimo de 427.606€, devidos essencialmente aos custos com iluminação pública e com outros trabalhos especializados.
10. Os juros e outros encargos sofreram uma ligeira descida, passando de 0,38% em 2016 da despesa total para 0,33% em 2017.
11. As transferências correntes pagas representaram 3,87% do total das despesas pagas em 2017. Em 2016 haviam representado 6,42%.
12. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital passaram de um peso relativo nas despesas das totais de 9,22% do total das despesas pagas em 2016, para 7,95% em 2017. Em valores absolutos tiveram um decréscimo em 2017 de 217.564€ (-17,09%).
13. Os passivos financeiros pagos representaram, em 2016, 3,91% da despesa paga (540.074€), tendo representado, em 2017, 4,02% da despesa paga (534.296€).





5.4 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2017, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2017 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução (%)	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções Gerais						
Administração Geral	63 198	130 000	435 588	57 874	91,58%	78,48%
Total	63 198	130 000	435 588	57 874	91,58%	78,48%
Funções Sociais						
Educação	13 496	0	12 991	12 321	91,29%	95,56%
Habitação e Serviços Coletivos	3 314 766	885 100	832 654	723 311	21,82%	30,92%
Serviços Culturais, Rec. e Religiosos	561	0	221 724	86	15,27%	99,79%
Total	3 328 823	885 100	1 067 369	735 718	22,10%	34,14%
Funções Económicas						
Agric., Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	100	0	0	0	0,00%	0,00%
Indústria e Energia	2 920	0	24 666	1 716	58,78%	95,64%
Transportes e Comunicações	205 956	0	191 350	170 546	82,81%	91,09%
Total	208 976	0	216 015	172 263	82,43%	91,36%
Outras Funções						
Operações da Dívida Autárquica	200	0	0	0	0,00%	0,00%
Diversas não especificadas	124 315	0	146 208	89 784	72,22%	87,24%
Total	124 515	0	146 208	89 784	72,11%	87,17%
Total	3 725 512	1 015 100	1 865 180	1 055 638	28,34%	44,22%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2017, representa 28,34% do total previsto para o ano.
3. As rubricas ao nível das funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:
- Educação (91,29%);
 - Habitação e Serviços Coletivos (21,82%).
4. As rubricas ao nível das funções económicas que mostraram maior índice de execução no ano foram:
- Transportes e Comunicações (82,81%);
 - Indústria e Energia (58,78%).
5. O nível de execução Global do PPI está nos 44,22% em finais de 2017.





6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

1) A Lei 73/2013 no artigo 40º, define nos pontos 2 e 4:

“2- A receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”

4- para efeitos do nº 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato independentemente do seu pagamento efetivo.”

E no artigo 83º:

“Para efeitos do disposto nº 4 do artigo 40º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

2) Conjugando estes artigos temos, como amortização média dos empréstimos, 237.662€, de acordo com o quadro seguinte:

N.º contrato	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato em anos	Anos decorridos	Anos remanescentes	Dívida no final do período	Amortização média de empréstimos
0033000463891	10/7/1995	25	16	9	47 519	5 280
0033000474391	23/12/1996	25	15	10	31 990	3 199
195478730001	26/2/1999	25	12	13	24 972	1 921
0033000475191	18/10/2000	20	11	9	264 069	29 341
324001552003	16/3/2001	25	10	15	7 691	513
324001552100	26/3/2001	25	10	15	2 381	159
9015002308091	21/8/2001	20	10	10	62 740	6 274
9015002801591	2/7/2002	25	9	16	130 498	8 156
9015002802391	2/7/2002	25	9	16	48 163	3 010
1954787830003	30/11/2005	10	6	4	0	0
770023884	7/12/2007	16	4	12	393 713	32 809
7/09/2009	7/9/2009	18	2	16	766 594	47 912
PREDE	24/9/2009	10	2	8	282 718	35 340
901156813091E	28/5/2010	18	1	17	191 889	11 288
90156813091	28/5/2010	18	1	17	316 814	18 636
PARFRA	29/12/2011	18	0	18	322 579	17 921
CA375900	23/3/2017	18	0	18	265 012	14 723
CA450000	23/3/2017	18	0	18	21 253	1 181
Total					3 180 595	237 662

3) O cálculo do equilíbrio orçamental é-nos dado pelo quadro seguinte:





Equilíbrio Orçamental 2017	
Receita corrente bruta Cobrada	14 925 833
Despesa corrente paga	11 619 226
Amortização emp ^{os} ML Prazo	237 662
Total	11 856 888
Excedente	3 068 944

- 4) O Município apresenta-se equilíbrio orçamental, com um excedente de 3.068.944€.

7. CONTROLO INTERNO

Reanalísamos o funcionamento do controlo interno e está em funcionamento regular. No entanto mantém-se o nosso entendimento que:

7.1 Quanto à Organização dos serviços:

- Até ao dia 25 de cada mês deve ser elaborado um plano de tesouraria.
- Devem efetuar-se conferências periódicas ao armazém e emitir um respetivo relatório.
- Devem implementar-se procedimentos de fiscalização das responsabilidades do tesoureiro e das Chefias das Secções.

8. FACTOS SUBSEQUENTES

Não detetámos nada de relevante.

9. RELATÓRIO DE GESTÃO

Analisámos o relatório de gestão que satisfaz os requisitos legais. Verificámos a informação financeira contida no mesmo, que, em nossa opinião, está em conformidade com as demonstrações financeiras.





10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Solicitámos ao Executivo do Município a emissão da declaração de responsabilidade prevista nas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

11. CONCLUSÕES

Na sequência das nossas verificações emitimos a Certificação Legal das Contas do Município sem reservas.

11.1 Reservas

Sem reservas

11.2 Ênfases

O processo de inventariação e registo dos bens de domínio público que o Município vinha levando a cabo levou ao reconhecimento em 2017 de diversos bens que se encontravam por registar. O acréscimo líquido proveniente deste reconhecimento foi de 3.848.241€ (19.518.037€ de imobilizado e 15.669.796€ de amortizações acumuladas), o que leva à anulação da Reserva que vínhamos mantendo na CLC.

11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)

Divergências de pequeno valor a corrigir em 2018 e que não afetam de forma significativa as Demonstrações Financeiras vistas no seu conjunto, por estarem abaixo do nível de materialidade consentido. São ações a ter em conta no futuro. Todos estes aspetos se encontram relevados ao longo do relatório.

1. Imobilizado

i) Apesar da regularização ocorrida em 2017, continuam a existir diversas obras com designação genérica (zonas verdes e rede viária) que devem ser analisadas por forma a verificar da razoabilidade de se manterem como imobilizado em curso.

ii) Existem diversas obras que se mantêm imutáveis desde 2014. Não nos foi possível confirmar se já se encontram em uso ou não. O seu valor é de 733.518€ o que corresponde a 75% do





saldo. Considerando uma taxa de amortização média de 5%, as amortizações do exercício poderão estar subavaliadas em 37.000€.

iii) Ainda que não referidos no anexo às Demonstrações Financeiras, existem bens em regularizações, por inventariar, conforme mapa seguinte:

Bens Imóveis por inventariar		
Descrição	Morada	Freguesia
Parcela de Terreno (800 m2)	Vale Figueira	Alcochete
Parcela de Terreno (9.920 m2)	Atalaia	Alcochete
Parcela de Terreno (400 m2)	Quinta da Soalheira	Alcochete
Campo de Futebol do Passil	Passil	Alcochete
Centro Comunitário do Passil	Passil	Alcochete
Refeitório de S. Francisco	Largo 1º de Maio	S. Francisco

Estes factos, dada a dimensão dos valores que estes ativos podem representar, influenciam o valor do Património e logo o valor do Balanço, minimizando-os. Não se mostrando porém, a nosso ver, relevantes, entendemos que não devem ser objeto de Reserva na CLC.

iv) Com os elementos que dispomos não nos foi possível aferir do valor da dívida que relevará para a dívida do Município relativo a entidades participadas.

2. Existências

Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se são itens já registados em imobilizado em curso ou se devem ser constituídas provisões. O seu valor é de 99.357€ e corresponde a 37% do saldo final de *stock*.

3. Clientes

i) Existe uma diferença de 26.237€ entre o saldo da conta de clientes da contabilidade patrimonial e o total em dívida retirado do vários programas de faturação. O saldo da contabilidade é coincidente com o saldo da receita por cobrar.

ii) Deve ser analisada a prescrição de dívidas de água que não estão em processo de execução fiscal.

4. Depósitos à Ordem

i) Nas várias reconciliações analisadas foram detetados movimentos por reconciliar anteriores a 2016. Existem movimentos registados nas instituições financeiras não refletidas na contabilidade do Município e movimentos contabilísticos sem o correspondente movimento nas instituições financeiras, situação que se mantém de anos anteriores.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

ii) Esta área necessita de melhoria nos procedimentos por forma a corrigir as situações pendentes. Segundo nota no Anexo estes procedimentos vão ser analisados e corrigidos em 2018.

iii) Nas reconciliações foram detetadas diferenças entre os fechos de TPA e o seu registo contabilístico. Deve ser melhorado o procedimento de registo em 2018.

5. Fornecedores

As faturas de suporte, de acordo com a legislação, não devem permanecer em conferência e receção por mais de 30 dias.

6. Acréscimos de Custos/custos com Pessoal

O acréscimo de férias contabilizado diz respeito apenas a um mês. O acréscimo deve ser referente ao subsídio de férias e ao mês de férias, acrescidos dos respetivos encargos, ou seja, 2 meses. O custo com o pessoal e o acréscimo com férias estão subavaliados em cerca de 320.000€, de acordo com informação prestada pelo Município, acerto será regularizado em 2018.

7. Equilíbrio Orçamental

O Município apresenta um equilíbrio orçamental com excedente de 3.068.944€.

12. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos serviços do Município a colaboração que nos prestaram, nomeadamente aos serviços da Contabilidade e, aos Serviços de Consultadoria contabilística, pelo esforço que efetuaram para nos prestarem todas as informações e esclarecimentos que lhes solicitámos.

Marinha Grande, 4 de abril de 2018

O Revisor Oficial de Contas

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620

